



Diamante de Tibagi no Paraná - Patrimônio Geológico-Mineiro e Cultural
Diamond From Tibagi in Paraná – Geological-Mining And Cultural Heritage

Antonio Liccardo; Tiago Augusto Barbosa & Karin Linete Hornes

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Geociências, PR
Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Ponta Grossa - 84030-900 – Paraná
E-mail: liccardo@ambienteimagem.com.br; tabarbosa@uepg.br; karinhornes@yahoo.com.br
Recebido em: 14/09/2011 Aceito em: 09/01/2012
DOI: http://dx.doi.org/10.11137/2012_1_142_151

Resumo

A região de Tibagi, no centro-leste do Paraná, é uma das mais antigas áreas de extração de diamantes e ouro do Brasil e sofreu fortes influências sociais em função desta atividade e dos altos e baixos da produção ao longo de mais de 250 anos. As condições geológicas e histórico-geográficas especiais encontradas nesta região podem ter sido determinantes para um desenvolvimento social diferenciado de outras áreas de mineração no Brasil. As conseqüências históricas, sociais e econômicas deste longo processo constituem hoje um patrimônio cultural refletido em vários aspectos do cotidiano da comunidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural; mineração; diamante; Tibagi

Abstract

Tibagi region, in center-eastern portion of Paraná State, is one of the oldest areas of diamond and gold mining in Brazil and has been socially affected by this activity and its fluctuation in the production along more than 250 years. Special geological and historical-geographical conditions found in this region can be decisive for a different development in social point-of-view of others mining áreas in Brazil. Historical and economic consequences of this process establish a cultural heritage disclosed by some features in community daily.

Keywords: cultural heritage; mining; diamond; Tibagi

1 Introdução

A história da mineração de diamante no Brasil é permeada por fatos contundentes nas relações sócio-econômicas – até mesmo em escala mundial – desde que se descobriu este mineral pela primeira vez em Minas Gerais, no início do século XVIII.

O reconhecimento do patrimônio cultural atualmente se estabelece pela identificação dos seus significados. A percepção da carga simbólica contida em cada patrimônio auxilia a desvendar o seu significado histórico-social. O valor simbólico que é atribuído aos objetos decorre da importância que lhes atribui a memória coletiva (Arantes, 1984).

A única fonte de diamantes conhecida no mundo até os anos 1700 eram os seculares depósitos do reino de Golconda, na Índia, cuja produção era limitada e fornecia pedras somente para as coleções de nobres, como as jóias de Luís XIV da França (Vleeschdrager, 1997). A descoberta de diamantes no Brasil, em 1714 (Barbosa, 1983), revelou-se muito importante e elevou esta então colônia portuguesa ao posto de maior produtor mundial durante cerca de 150 anos.

Vleeschdrager (1997) discute a disputa geográfica na Europa do século XVIII pelos diamantes brasileiros e aponta o predomínio de Amsterdam (Holanda) em detrimento de Antuérpia (Bélgica) como centro de comércio e lapidação, em função das relações comerciais daquela com Lisboa. Considere-se aqui a tradicional relação de judeus com ourivesaria e comércio de diamantes e as migrações deste povo que aconteceram de Portugal para o Brasil e para a Holanda.

Vários autores são unânimes em afirmar que a quantidade de diamantes do Brasil que passou a chegar ao mercado europeu a partir de 1725 causou uma queda alarmante nos preços da gema (e.g. Chaves & Cardoso, 2003; Vleeschdrager, 1997; Brunet, 2003). Estima-se que na segunda metade do século XVIII, 70% dos diamantes em circulação no mundo eram do Brasil (Brunet, 2003). Para uma idéia da magnitude da extração, a Índia teria produzido em 20 séculos de mineração algo como doze milhões de quilates (2,4 toneladas), enquanto que o Brasil, em apenas 150 anos, produziu quinze milhões de quilates (3 toneladas) de diamante (Chaves & Cardoso, 2003).

Esta época coincide com o surgimento de uma burguesia atuante nas sociedades e na política, consumidora de jóias e diamantes e fomentadora dos

movimentos artísticos - obras de arte passaram a retratar jóias e pedras preciosas em contextos de cotidiano (Malaguzzi, 2007). Este surto econômico levou a Coroa Portuguesa a restringir a entrada no território diamantífero, em Diamantina e Serro (MG), ao ponto de que nenhuma pessoa poderia entrar ou sair sem autorização oficial, na tentativa de controlar a saída das pedras e a queda de preços na Europa. A experiência vivida pelos habitantes do então chamado “Distrito Diamantífero” em função deste controle excessivo de Portugal foi muito negativa, o que pode ter sido um estímulo para que outras áreas produtoras no Brasil, como Tibagi, permanecessem clandestinas.

Também desta época é o surgimento de uma figura marcante na história social brasileira: o garimpeiro. Escravos perseguidos e outros fugitivos da justiça passaram a buscar ouro e diamante em locais distantes (conhecidos como “grimpas”), o que deu origem a este tipo de personagem (Eschwege, 1979). Os principais atores da mineração no território brasileiro até o século XIX eram escravos e indivíduos marginalizados, cujo labor alavancou a economia de Portugal e manteve o fausto da corte e da nobreza lusitana.

O Brasil foi periférico nos interesses metropolitanos desde sua descoberta até o século XVII. Já no século XVIII, a dependência de Portugal para com a colônia, no que diz respeito à sobrevivência econômica, era indubitável. Um oficial do governo desta época referiu-se ao Brasil como sendo a jóia mais preciosa da Coroa Real portuguesa (Russel-Wood, 1998)

A chegada do ouro em grandes quantidades a Lisboa, no início dos anos setecentos, possibilitou a D. João V realizar suas ambições absolutistas, rivalizando com Luís XIV da França. Da mesma forma, a chegada dos diamantes a partir dos anos 1730 fez do Brasil o cenário central para o rei. A mudança do território brasileiro de periferia para centro, já manifestada em termos econômicos, ganhou reconhecimento político com a chegada da família real ao Brasil em 1808 (Russel-Wood, 1998).

Em 1807 o embaixador português em Paris recebeu um ultimato para que Portugal rompesse as relações com a Inglaterra. Portugal concordou, solicitando ao embaixador inglês que se retirasse do país e, curiosamente, enviou diamantes brasileiros para acalmar Napoleão. Pressionada por França e Inglaterra a Corte portuguesa teve de se transferir para a colônia e a esquadra inglesa acabou escoltando a frota portuguesa. Esta proteção inglesa, apesar de

manter o trono de D. João VI, custaria caro aos cofres portugueses por longos anos e as riquezas produzidas no Brasil sustentariam o desenvolvimento da Inglaterra (Fernandes, 2008).

Os diamantes e o ouro brasileiros tiveram um papel fundamental na sobrevivência de Portugal nos séculos XVIII e XIX e a maior parte dos diamantes das cortes européias de 1725 a 1866 eram brasileiros. A partir de 1866 começou a produção de diamantes africanos e um dos impactos conseqüentes foi o declínio da produção brasileira.

Neste ensaio discute-se a possibilidade de que, mesmo sem o controle oficial e produzindo clandestinamente, os depósitos de Tibagi, no Paraná (ver Figura 1), participaram da produção brasileira neste período áureo e sofreram as influências desta conjuntura político-econômica. Algumas diferenças levaram a região de Tibagi a um contexto sócio-econômico menos dependente da mineração, mas sujeita à sua influência por mais de dois séculos.

2 Os Sertões do Tibagy e a Busca por Minérios

Até o século XIX a região de Tibagi era selvagem e desconhecida, descrita em relatos como os *Sertões do Tibagy*. No século XVII, o lendário bandeirante Fernão Dias Paes Leme esteve nos

sertões entre os rios Ivaí e Tibagi, em exploração ao território desconhecido. Mercer & Mercer (1934) afirmam que o local exato onde o bandeirante se instalou por cinco anos teria sido onde posteriormente se chamou Fazenda Monte Alegre (atualmente Telêmaco Borba). Por coincidência este é um local de grande concentração de diamantes, apesar do famoso “caçador de esmeraldas” não ter encontrado nada em sua procura por minérios.

Os rios e córregos da bacia do Tibagi despertaram interesse para a busca de ouro e diamante já na primeira metade do século XVIII. Ao passar pela região em 1820, Saint-Hilaire (1978) mencionou em seus diários a existência de contrabandistas e cogitou que o diamante já poderia ser conhecido dos primeiros bandeirantes, no século XVI. Não existem, entretanto, indícios mais concretos que suportem esta hipótese.

De fato a região era reconhecida como promissora para a produção de ouro, já que vários córregos eram conhecidos como *faisqueiras*. Declarações de registro de ouro em 1725 dão conta de 12 oitavas (46g) extraídas por Ângelo Pedroso Lima, morador local (Lopes, 2002).

O primeiro registro escrito sobre a presença do diamante nesta região é de 1754, quando Anselmo, um escravo de Ângelo, faiscando os córregos se



Figura 1 Localização da área de estudo, município de Tibagi no estado do Paraná.

depara com uma “pedra cristalina e lustrosa” (*sic*) que foi colocada na coroa de Nossa Senhora da Penha e posteriormente entregue ao governador da vila de Santos, Inácio Elói de Madureira (Lopes, 2002). Esta descoberta causou disputas entre Santos e Paranaguá, resultando em esforços da câmara de Curitiba para o registro e controle de tais minas (Lopes, 2002).

Ângelo Pedroso mandou elaborar, em 1755, um esboço de mapa dos *Sertões do Tibagy* (Figura 2) que registra geograficamente estes locais de ocorrência de ouro. Este esboço construído por Manuel Ângelo Figueira de Aguiar, registra que em torno da Serra Branca todas as vertentes têm ouro, assim como faisqueiras ao longo do rio Capivari e outros rios reconhecidamente auríferos.



Figura 2
Esboço de mapa dos “Sertões do Tibagy”, elaborado em 1755 por Manuel Ângelo Figueira Aguiar, com indicação dos locais de importância para a mineração. Fonte: Museu Paranaense.

Em 1802, Martim Francisco Ribeiro de Andrada (irmão de José Bonifácio) esteve na região em expedição científica examinando os córregos Monjolo, Faisqueira, Fortaleza, São Domingos, Santa Rosa, Borges e quase todos os braços do Tibagi em ambas as margens. O relatório é bastante extenso e detalhado, incluindo uma descrição dos diamantes encontrados. Segundo ele

...”uns cor de aguardente do reino, outros brancos, cor de prata, e alguns cor de aços cristais brancos e amarelos de ouro...”. O mineralogista especula, ainda, sobre as fontes deste mineral: ...os diamantes foram achados em caldeirões tendo sido transportados pelas águas que com as grandes chuvas, rasgando as formações poudinguiças¹, lavaram-nas e consigo os trouxeram. Quanto porém aos tirados das ditas formações não permanentes, que de riquezas se não deveria esperar quando estas se descobrissem? (Andrada, 1847).

Famosos viajantes, além de Saint-Hilaire, também mencionaram a existência de diamantes neste território, que se estende pelos Campos Gerais do Paraná até o sul de São Paulo. Eschwege (1979), por exemplo, colocou o rio Tibagi como o mais rico da região.

Segundo Carneiro (1951) esta atividade considerada “ilegal” desde os tempos da Coroa fez com que Tibagi tivesse a presença constante da guarda a fim de controlar as retiradas dos mesmos. Este autor menciona que alguns sesmeiros que conseguiram retirar pedras preciosas, como José Felix da Silva da Fazenda Fortaleza, esconderam-nas com seus escravos de confiança que provavelmente eram os próprios garimpeiros.

Com a explosão econômica do diamante no século XX (entre os anos 1920 e 1940), outros técnicos desenvolveram estudos sobre este mineral e sua geologia. Na década de 1980, um novo surto de mineração ocorreu no rio Tibagi e a Mineropar (empresa oficial de fomento e pesquisa mineral do Paraná à época) implantou um grande projeto de prospecção na região (Liccardo & Cava, 2006).

¹ *poudinguiças* esta expressão do português antigo provavelmente se refere ao termo inglês *puddingstone* que descreve formações conglomeráticas.

Mais recentemente, em 2005-2006, houve uma retomada na produção, com dezenas de dragas atuando ao longo do rio, entre Tibagi e Telêmaco Borba. No entanto, irregularidades legais na mineração e a crise econômica internacional em 2009 levaram a um novo período de retração, situação que parece perdurar até o momento.

3 A Origem e os Garimpos do Diamante em Tibagi

Foi no final de século XIX que se intensificou o estudo sobre a geologia no Brasil, com os trabalhos de Hartt (1870) que mencionou o diamante do Tibagi em seus levantamentos e, especialmente Derby (1878) que publicou o primeiro estudo detalhado sobre a geologia da província diamantífera do Paraná. Eusébio Oliveira (1927) no detalhamento do primeiro mapa geológico do Paraná também escreveu sobre o diamante e Bastos (1936) e Abel Oliveira (1937) o relataram para o Serviço Geológico Mineralógico.

As informações geológicas mais completas são devidas a Oppenheim (1936), do antigo Serviço de Fomento da Produção Mineral, que descreveu minuciosamente os garimpos, enumerou 60 ocorrências e discorreu sobre a geologia e possível gênese deste mineral, contrapondo-se às idéias sugeridas por Derby e associando a dispersão de diamantes aos “sedimentos glaciais conglomeráticos do Permiano inferior”.

Maack (1968) publicou uma comunicação sumária em que afirmava ter extraído diamante das rochas glaciais da região, mas este fato não foi confirmado. Svisero (1979) analisou a mineralogia e as inclusões destes diamantes em busca de informações sobre as rochas fonte, concluindo, no entanto, que estes diamantes seriam similares aos da África do Sul e aos da Sibéria. Chierigati (1989), em dissertação de mestrado, realizou o mais completo panorama sobre a geologia dos depósitos, complementado por Perdoncini (1997). Em trabalho mais recente, Chierigati *et al.* (2010) apontaram um conglomerado de origem glacial bastante alterado, assemelhando-se a cascalheiras recentes, como portador de diamante.

Com base no conhecimento atual, a hipótese mais aceita para a origem geológica destes diamantes é a de que estivessem associados a um vulcanismo alcalino tipo kimberlito, anterior à separação do supercontinente Gondwana. Nesta época as glaciações, comprovadas pela presença de diamictitos glaciais e por direções de avanço de

geleiras registradas na região de Tibagi e também na África, teriam transportado os diamantes por longas distâncias. Posteriormente com o desgaste das rochas ao longo de milhões de anos aconteceu uma concentração de diamante e ouro no meio aluvionar em função de suas propriedades mecânicas, como densidade e resistência ao desgaste.

De qualquer forma, os depósitos de diamante na bacia do rio Tibagi não apresentam um controle geológico definido, apenas alguns poucos pontos de concentração em meio colúvio-aluvionar espalhados por um território de grande superfície. Este caráter errático de distribuição do mineral precioso provocou um tipo de garimpagem disperso e, até certo ponto, de baixo impacto econômico na região. Estudos estatísticos em lotes mostraram que os diamantes de Tibagi (Figura 3) são de muito boa qualidade, mas de tamanho predominantemente pequeno, em torno de 0,20ct (Chieregati, 1989; Liccardo & Mesquita, 2010). Tradicionalmente a busca de diamantes em Tibagi sempre esteve associada a outras práticas de economia, como a agricultura e a pecuária, o que tornou esta região diferente de outras onde a mineração representou fortes ciclos econômicos com grande impacto social.



Figura 3 Exemplar de diamante com 0,45ct recuperado do rio Tibagi por garimpeiro baiano em 2006. Fotografia: A. Liccardo

4 Os “Negros” nos Garimpos e as Migrações

No Brasil, a escravidão negra teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros de suas colônias na África para trabalhos nos engenhos de açúcar, concentrados no nordeste, e posteriormente para a mineração e outras atividades. Por este motivo a presença negra no sul não era tão conspícua como em Minas Gerais ou Bahia, revelando, na época, que a região de Tibagi era pobre e com poucos escravos

se comparada às principais zonas de mineração. No Paraná o afluxo de escravos remonta à fundação de Paranaguá em 1648 e a mineração de ouro no litoral e no primeiro planalto fez com que os colonos de São Paulo trouxessem os primeiros negros (Gutierrez, 2006). A importância desta mão-de-obra revela-se nas palavras de Antonil (1982) que descreveu a descoberta do ouro em Minas Gerais em 1711:

... e o primeiro descobridor, dizem que foi um mulato... que havia estado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Esse, indo pela selva com uns paulistas em busca de índios e chegando ao cerro Tripuí, desceu para apanhar água no riacho que hoje se chama Ouro Preto; metendo as cabaças no riacho, viu que ele arrastava granitos de cor diferente, que examinados revelaram ser ouro finíssimo (Antonil, 1982).

O grande ciclo da mineração no Brasil, que ocorreu no século XVIII, aconteceu quase que exclusivamente em Minas Gerais (com posterior participação de Bahia e Goiás) e se baseou fundamentalmente no uso intensivo de mão-de-obra dos negros. Em Ouro Preto e Diamantina, principais centros de produção de ouro e diamante de Minas Gerais, uma mineração exigia dezenas ou, até mesmo, centenas de escravos (Eschwege, 1979).

Gutierrez (2006) analisa a existência de proprietários de terra e escravatura no Paraná e, segundo estatísticas de 1818, três quartos destes declararam não utilizar mão-de-obra de escravos. Os proprietários que possuíam maior número de escravos estavam ligados à atividade pecuária, cujos lucros poderiam permitir a manutenção da estrutura de trabalho com negros e o crescimento material. A média verificada por este autor foi de um escravo por imóvel em propriedades menores que 100 ha, enquanto os imóveis com 5.000 ha ou mais detinham em média nove escravos. De fato o uso de escravos só se justificou economicamente na pecuária, com o ciclo do tropeirismo que se instalou predominantemente no Segundo Planalto Paranaense.

O engenheiro inglês Bigg-Whiter (1974) em sua passagem pelo Paraná apontou o recrutamento forçado de homens para a Guerra do Paraguai (1864-1870) como um fator crítico para a mineração na região sul (lembrando que negros eram convocados

prioritariamente). Sugeriu, ainda, que a decadência da mineração do diamante ocorreu por ausência de uma companhia importante, tendo a região sido explorada apenas superficialmente. No entanto, citou fatos curiosos que ajudam a dimensionar a produção na época, como a troca de um escravo ao preço de 100 libras por uma xícara de diamantes, ou que o preço usual de um diamante de “pura água” (incolor), pesando um quarto de oitava (1ct), era de 50 libras. Relatou, também, o contato com Herbert Mercer sobre uma malograda tentativa de mineração pelos ingleses. Descendentes deste engenheiro publicaram mais tarde importantes relatos sobre os garimpos de Tibagi (Mercer & Mercer, 1934).

É possível depreender dos relatos que o pouco de mineração que acontecia em Tibagi até o século XX era realizado por alguns poucos negros e predominantemente brancos, já que a maioria dos escravos era destinada à pecuária. Entretanto, a própria descoberta do diamante do Tibagi, atribuída a Ângelo Pedroso Lima, foi feita por seu escravo, e a presença do negro na mineração no Paraná pode ter trazido um grande aprendizado nas técnicas de extração. Autores modernos discutem a possibilidade de certas técnicas de mineração terem sido trazidas da África por certas tribos que dominavam a mineração e a metalurgia (e.g. Gonçalves, 2000). Esta idéia é plausível somente no caso de mineração de ouro, pois ainda não se conhecia o diamante na África nesta época.

A necessidade de muares para os trabalhos de mineração em Minas Gerais no século XVIII levou à criação de um caminho em que se buscaram os animais no Rio Grande do Sul e Argentina, atividade que caracterizou um ciclo econômico no Paraná chamado Tropeirismo. Com o desbravamento dos sertões e a passagem de tropeiros surgiu um tipo de imigração para a região de Tibagi em busca de oportunidades, com forte presença de negros entre eles.

Por volta de 1912, as lavras que se encontravam em quase abandono começaram a receber afluência de garimpeiros de Minas Gerais e Bahia, que acabaram se fixando na região e exercendo grande influência na economia e cultura local. Estes garimpeiros, afrodescendentes em sua maioria, foram os que trouxeram as técnicas de mineração dos principais núcleos do Brasil, inclusive implantando o método do mergulho para a extração de diamantes no rio Tibagi (Figura 4). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no município de Tibagi atualmente mais de 70% da população é formada por afrodescendentes e isto se deve majoritariamente às migrações acontecidas na primeira metade do século XX.

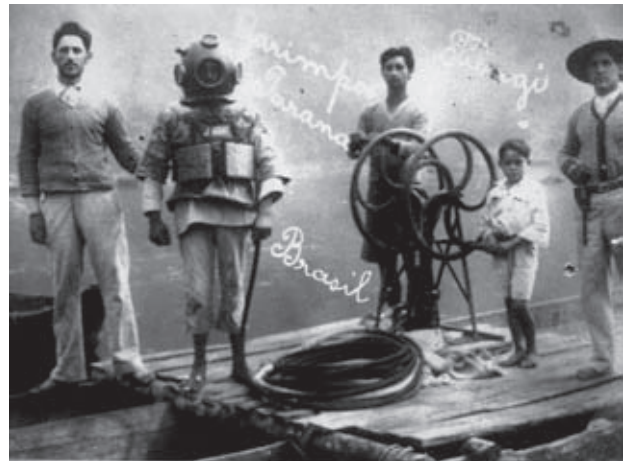


Figura 4 Registro fotográfico de grupo de garimpeiros com equipamento de mergulho no rio Tibagi da década de 1930. Fonte Museu Histórico de Tibagi.

5 A Mineração e a Cultura Local

A articulação entre exploração mineral e as práticas culturais reflete-se em características singulares ao lugar de ocorrência, neste caso o município de Tibagi e arredores. Como patrimônio cultural estão compreendidas as possibilidades de utilização dos recursos naturais para os mais variados fins, bem como as práticas cotidianas relacionadas ao modo de vida, organizado no que se pode chamar de experiências vividas. O patrimônio cultural, representado tanto pela cultura erudita quanto pela cultura popular pode ser identificado nas manifestações sociais atuais, e mais do que isso, pode ser considerado elemento importante na formação sociocultural das populações que lhe são recorrentes.

Embora haja atualmente uma busca pelo novo e por novas formas de se experimentar o espaço vivido, com o advento do que muitos autores chamam de pós-modernidade, não se pode descartar simplesmente o passado. Desta maneira a relação da sociedade com as práticas cotidianas passaram a receber atenção e valorização, sendo consideradas como patrimônio cultural, uma memória que contribui com o entendimento da ordenação social, espacial econômica encontrada no município de Tibagi.

Diferentemente de Castro, município vizinho que se desenvolveu com a pecuária e o tropeirismo, Tibagi, que já teve um território bem mais amplo (incluindo Telêmaco Borba), desenvolveu-se com a predominância da agricultura de subsistência, com o uso de poucos escravos. A mineração de diamante e

ouro, em contraste com outras regiões produtoras do Brasil, não teve a mesma ênfase em seu início primeiramente por questões políticas, já que a única área produtiva oficial (Diamantina e Serro, MG) sofreu muito com o excessivo controle da Coroa no século XVIII. Possivelmente este fato levou Tibagi, assim como outras áreas do Brasil, a extrair diamantes clandestinamente sem atrair atenções e sem que houvesse maiores investimentos nesta atividade.

Entre 1730 e 1733 o preço do diamante na Europa “despencou” pelo excesso de diamantes no mercado (Azevedo, 1988) e a partir de 1740 a extração no Brasil passou a ser totalmente controlada pela Coroa Portuguesa, com direitos exclusivos para a compra dos diamantes produzidos. Esta situação perdurou até a independência em 1822 quando, só então, volta a ser livre a procura por esta gema.

A mineração plena de diamante só veio a se desenvolver no Brasil com a chegada do século XIX, revelando grandes jazidas (Lins *et al.*, 2000). Apesar de notícias sobre a existência de diamantes na Bahia (e no Paraná), a produção até então se concentrou em Minas Gerais. Segundo Martins *et al.* (1989), entre 1830 e 1865 houve a maior produção de diamantes no Brasil, superada logo depois pela descoberta dos riquíssimos depósitos na África. A maior parte dos autores atribui a decadência na mineração à perda de valor econômico no mercado internacional em função das pedras que chegavam das minas africanas.

Apesar do papel periférico da mineração em Tibagi, o conhecimento da população sobre a existência do diamante remonta ao século XVIII, o que diferencia culturalmente esta região de qualquer outra do Paraná e até mesmo do sul do Brasil. A cultura de mineração esteve desde o início arraigada nos primeiros desbravadores (brancos) do território e teve grande impulso no século XX, com a vinda dos mineradores (negros e mulatos na sua maioria) de Minas Gerais e Bahia. A miscigenação da população desde então causou um enriquecimento cultural que se reflete hoje no folclore, músicas e no imaginário dos habitantes da região. Tibagi tem hoje uma das maiores populações negras do Paraná. Boa parte da história econômica de Tibagi também está relacionada aos aquecimentos (e rupturas) da economia da mineração, assim como às flutuações populacionais com levadas de mineradores que iam e vinham conforme as épocas de maior ou menor produção.

Diversamente de outras áreas diamantíferas no Brasil, onde grandes achados fizeram fortunas imediatas e trouxeram, como consequência, o

aumento de violência e o extremo contraste social, em Tibagi há uma tendência para a produção de pedras pequenas, o que possivelmente causou um impacto menor e determinou a extração paulatina, sem grandes surtos. Não obstante, a participação desta extração mineral na economia local apresentou inúmeros reflexos, entre eles o assentamento de boa parte dos garimpeiros que vieram a compor a população da região.

O Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer, também chamado Museu do Garimpo, é conhecido como um dos mais importantes acervos do Paraná (Figura 5). Criado em 1985 com a proposta de manutenção cultural da história do município, destacou-se pelo conteúdo ligado ao garimpo, sendo sua principal sala de exposições o único local da região Sul do Brasil a apresentar os objetos, imagens e textos sobre o tema da mineração. Dos museus diretamente ligados à história do diamante no Brasil, o museu de Tibagi figura entre os mais completos e bem documentados, além de constituir atualmente um atrativo turístico obrigatório do município. Uma das salas do museu também é dedicada à participação dos negros na formação da identidade cultural do município.



Figura 5 Imagem da sala principal do Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer, em Tibagi, mostrando o acervo ligado à mineração do diamante no início do século XX. Fotografia A. Liccardo em 2008.

6 Considerações Finais

O patrimônio cultural torna-se incorporado à sociedade quando, associada a ele, a memória social é fixada através de elementos que possuem significado para a vida coletiva e a importância deste patrimônio está diretamente relacionada à

carga simbólica que ele representa e com o poder de pertencimento que ele proporciona (Monastirsky, 2005). A história do diamante em Tibagi refere-se e esta carga de simbolismo e certamente exerce papel fundamental na cultura local.

Períodos de maior produtividade intercalados com períodos de recessão, somados ao desconhecimento da origem geológica, parecem ser a tônica na história de extração de diamantes em Tibagi. Este histórico define uma diferença desta região em relação a outros pólos diamantíferos do Brasil, pois assim como a influência desta atividade não foi tão acentuada quanto em Minas Gerais ou Bahia, seu ritmo de produção não sofreu tão fortes impactos nas crises, permitindo o consórcio com outras atividades e a existência de garimpagem por cerca de 250 anos, mesmo que esporádica.

As grandes cheias do rio Tibagi tornam inviáveis os trabalhos em certas épocas do ano, obrigando à sazonalidade na atividade extrativa e impondo atividades paralelas de subsistência aos garimpeiros (como a agricultura, por exemplo). Diamantes de grande quilatagem são extremamente raros e, na maior parte dos casos, o tamanho pequeno das pedras limita os ganhos, não obstante serem de ótima qualidade gemológica. O desconhecimento de sua origem geológica ou, mais especificamente, de sua rocha-fonte dificulta projetos racionais que proponham um planejamento nos moldes de uma mineração moderna. Além disso, os garimpos são dispersos e de pequeno porte o que permite a atuação de poucos mineradores, muito diferente de uma Serra Pelada, por exemplo, ou do que aconteceu em Kimberley, na África do Sul, no final do século XIX.

Estes fatores somados permitem questionar a viabilidade da extração de diamantes na região, além do fato de que uma importante faixa do Rio Tibagi (possivelmente a mais rica) terá o nível d'água elevado pela construção da barragem de Salto Mauá em 2011, tornando esta atividade mineral impraticável. Uma história de 250 anos pode estar caminhando para seus últimos dias de atividade, mas seus reflexos sobre a comunidade não podem ser desconsiderados. As influências sócio-culturais resultantes da busca pelo diamante foram pouco analisadas e menos ainda compreendidas, dificultando qualquer parâmetro para sua valorização na cultura local. Com as novas tendências de abordagem da geodiversidade como um patrimônio tangível e intangível, o diamante de Tibagi e seu enigmático significado geológico e histórico apresentam um especial interesse.

A conjuntura cultural em torno da existência do diamante nesta região representa uma importante linha de compreensão e avaliação social, que merece ser valorizada. A inclusão deste conteúdo no desenvolvimento turístico (geoturismo) de Tibagi já vem acontecendo nos últimos anos com bons resultados, inclusive com reflexos na educação da população. Possivelmente, do ponto de vista sócio-cultural (e até mesmo econômico) para a região e para o Paraná, a cultura e o contexto histórico subjacentes à extração do diamante sejam mais preciosos nos dias de hoje que o valor venal das pedras produzidas.

7 Referências

- Andrada, M.F.R. 1847. *Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de S. Paulo no Anno de 1805*. Revista do IHGSP Tomo IX, p. 527-548.
- Antonil, A.J. 1982. *Cultura e opulência do Brasil. 1711*. 3ª ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp (Coleção Reconquista do Brasil), 239p.
- Arantes, A.A. 1984. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 225p.
- Azevedo, J. L. 1988. *Épocas de Portugal Económico – Clássica Editora, Lisboa*, 438p.
- Barbosa, O. 1983. *Diamante no Brasil – ocorrência, prospecção e lavra*. In: CPRM. *Subsídios técnicos para desenvolvimento da mineração*. Rio de Janeiro. Diretoria da Área de Pesquisa (Série Diamante n. 1), 69p.
- Bastos, A. 1936. *Exploração do rio Tibagi*. In: Brasil, Serviço Geológico e Mineralógico, Rel. Anual da Diretoria, Rio de Janeiro, p. 53-62.
- Bigg-Whither, T.P. 1974. *Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná (três anos em suas florestas e campos) - 1872-1875*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 420p.
- Brunet, R. 2003. *Le diamant – un monde en révolution – Édition Belin, Paris*, 416p.
- Carneiro, D. 1951. *A história do Paraná na evolução no sul do Brasil*. Curitiba [s.n].
- Chaves, M.L.S. & Cardoso, L.C. 2003. *Diamante: a pedra, a gema, a lenda*. São Paulo: Oficina de textos, 231p.
- Chierigati, L.A. 1989. *Aspectos mineralógicos, genéticos e econômicos das ocorrências diamantíferas da região NE do Paraná e sul de São Paulo*. Dissertação de Mestrado IG-USP, 180 p.

- Chieregati, L.A.; Svisero, D.P. & Liccardo, A. 2010. Aspectos mineralógicos e genéticos do diamante da região de Tibagi, Paraná. *In: Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante, 5, Anais*, Curitiba, p. 54-55.
- Derby, O. 1878. A Geologia da Região Diamantífera da Província do Paraná. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 3:89-98.
- Eschwege, W. 1979. Pluto Brasiliensis. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, vol. 2, 210 p.
- Fernandes, A. 2008. *A Corte Portuguesa no Brasil*. www.historianet.com.br (em 23/12/2010).
- Gonçalves, A.L. 2000. O Mapa dos negros que se capitaram e a população forra de Minas Gerais (1735-1750). *Varia Historia*, Belo Horizonte, Departamento de História da FAFICH/UFMG, 21:142-155.
- Gutierrez, H. 2006. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História*. São Paulo, 25 (1): 100-122.
- Hartt, C.F. 1870. *Geology and Physical Geography of Brazil*. R. Krieger, Huntington, Reimpressão 1975. 620p.
- Liccardo, A. & Cava L.T. 2006. Minas do Paraná. Imprensa Oficial. Curitiba: Sesquicentenário. 165 p.
- Liccardo, A. & Mesquita, D. 2010. Extração de diamante no rio Tibagi (PR) em lavra experimental nos anos 1980. *In: 5º Simpósio Brasileiro de Geologia do Diamante, 5, Anais*, Curitiba, p. 27-29.
- Lins, F.; Loureiro, F. & Albuquerque, G. 2000. Brasil 500 anos – a construção do Brasil e da América Latina pela Mineração. Rio de Janeiro, CETEM. 254p.
- Lopes, J.V. 2002. *Introdução à História de Tibagi*. Acad. Paranaense de Letras. 198 p.
- Maack, R. 1968. Diamante no tilito de Tibagi, Paraná. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v 40, p.96, (suplemento).
- Malaguzzi, S. 2007. *Oro, gemme e gioielli. Dizionario dell'Arte*. Mondadori-Electa, Milano, Itália, 383p.
- Martins R.B.; Brito, O.E.A. & Falzoni, R. 1989. *História da mineração no Brasil*. Empresa das Artes, São Paulo, 119p.
- Mercer, E. & Mercer, L. 1934. História de Tibagi. Gráfica Linarth, Curitiba, 196 p.
- Monastirsky, L.B. 2005. Espaço Urbano: Memória Social e Patrimônio Cultural, *Revista Terra Plural*, Ponta Grossa, Ponta Grossa, 3 (2): 323-334.
- Oliveira, E. 1927. *Geologia e Recursos Minerais do Estado do Paraná*. Monografia - SGM, Rio de Janeiro, nº 6.
- Oliveira, A. 1937. Contribuição à geologia do município de Tibagi. *In: Brasil, Serviço Geológico e Mineralógico, Rel. Anual da Diretoria*, Rio de Janeiro, 148: 62-71.
- Oppenheim, V. 1936. *Sedimentos diamantíferos do Paraná*. DNPM/SFPM, Rio de Janeiro, avulso n. 9, 14 p.
- Perdoncini, L.C. 1997. *Diamantes do rio Tibagi: fonte no grupo Itararé?* Dissertação de Mestrado, DEGEO-UFPR, 138 p.
- Russel-Wood, A.J.R. 1998. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, 18 (36): 187-250.
- Saint-Hilaire, A. 1978. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Ed. Itatiaia, São Paulo, 209p.
- Svisero, D. P. 1979. Inclusões Mineralógicas e Gênese do Diamante do rio Tibagi, Paraná. *In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOLOGIA, 2*, Rio Claro, 1979. *Atas*. Rio Claro, SBG, 2: 169-180.
- Vleeschdrager, E. 1997. *Le diamant – réalité et passion*. Editions Du Perron. Anvers, Belgique, 267p.